



O PAPEL DA MULHER NO CAPITALISMO: VIOLÊNCIA, TRABALHO E DESIGUALDADE

Edinan Bertocho¹
Pablo Natan de Mello²

INTRODUÇÃO

Historicamente, a mulher tem ocupado uma posição periférica na sociedade. Desde a consolidação do sistema capitalista no Ocidente e a valorização do trabalho como meio de mobilidade social, esse grupo tem enfrentado inúmeras formas de desigualdade. A estrutura social assegura ao homem o desempenho das mesmas atividades, recebendo, contudo, remuneração mais elevada. Ao atribuir à mulher o papel de cuidadora do lar, suas demandas trabalhistas e seu progresso econômico foram colocados em segundo plano.

Em uma sociedade regida por valores patriarcais e machistas, o homem se impõe como detentor do poder e molda a cultura conforme sua perspectiva. Assim, as questões de gênero, classe e raça continuam sendo centrais no movimento feminista, uma vez que as múltiplas formas de opressão ainda persistem. Excluída historicamente do espaço profissional, a mulher foi confinada ao ambiente doméstico, tornando-se vulnerável a violências frequentemente silenciadas pela própria sociedade.

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, voltada à análise das relações de gênero, classe e violência na sociedade capitalista. Seu objetivo é compreender como as estruturas sociais e familiares historicamente configuradas contribuem para a opressão e desigualdade de gênero.

¹ Edinan Bertocho. Licenciado em História. Universidade Federal Fronteira Sul. edinanbertucho@hotmail.com.

² Pablo Natan de Mello. Mestrando em Educação pelo PPGPE. Universidade Federal Fronteira Sul. pablomello21@gmail.com.



Foram utilizados documentos teóricos e obras acadêmicas de autores como Marx, Engels e Saffioti, além de estudos sobre sociologia da família, feminismo e violência de gênero. A análise ocorreu de forma crítica e interpretativa, considerando os processos históricos e sociais que moldam as relações entre homens e mulheres, especialmente no contexto da divisão social do trabalho e da dominação patriarcal.

A fundamentação teórica apoia-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem a condição feminina, a estrutura social e a violência.

1. Família e capitalismo

Engels (1984) explica que, originalmente, a família se relacionava à servidão doméstica, transformando-se com o patriarcado. Essa transição subordinou a mulher, restringindo-a ao papel de reprodução e trabalho doméstico. A idealização da família como espaço de amor dificulta o reconhecimento das violências internas. O capitalismo consolidou a divisão sexual do trabalho, relegando as mulheres a funções menos valorizadas. Marx e Engels (2003) destacam que a industrialização intensificou a exploração e as hierarquias sociais baseadas em gênero e idade.

2. Relações de gênero e opressão

Saffioti (1967; 1997) aponta que as relações de gênero reproduzem padrões de dominação semelhantes aos da estrutura de classes. A mulher, confinada ao espaço doméstico, permanece vulnerável à opressão e à violência. Diferenças salariais, estereótipos e critérios de qualificação reforçam a desigualdade e beneficiam o capital. A hierarquia social, segundo Saffioti (1997), funciona como um sistema linear de dominação que combina gênero, classe, etnia e idade.

3. Violência e sociedade



A violência contra a mulher manifesta-se em diversas formas, física, sexual e doméstica, e é aprendida socialmente (Saffioti, 1995; 1997). Presente em todos os estratos sociais, ela é frequentemente naturalizada e silenciada, sobretudo quando os agressores ocupam posições privilegiadas. A dominação masculina está associada à manutenção da propriedade, do capital e da hierarquia social. Assim, a violência de gênero resulta de processos históricos e estruturais que perpetuam a desigualdade.

A FAMÍLIA E A MULHER NO CONTEXTO DO CAPITALISMO

O conceito contemporâneo de família costuma ser entendido como o vínculo entre indivíduos ligados por laços sanguíneos, mas essa noção passou por transformações históricas. Na Grécia Antiga, e posteriormente entre os romanos, o termo *famulus* referia-se aos escravos domésticos, e “família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem” (Engels, 1984, p. 61).

Atualmente, a romantização da família como espaço “sagrado” de amor e acolhimento dificulta a percepção das violências que nela ocorrem. Estruturada sobre o androcentrismo e o adultocentrismo, essa instituição reproduz desigualdades e sustenta a opressão social. Como observa Durkheim (1995, p. 3), “[...] a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz.”

As bases patriarcais da família consolidaram-se em fundamentos econômicos e culturais. A construção social do feminino e do masculino reflete o modelo capitalista, no qual as questões de gênero estão ligadas às classes sociais. O capitalismo se estrutura pela divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres funções desvalorizadas. Marx e Engels (2003, p. 42) afirmam: “Quais são as bases da família atual, da família burguesa? O capital, o ganho individual.”

As ideologias predominantes refletem os interesses da classe dominante. Mudanças de comportamento, como a aceitação da mulher em espaços antes proibidos, demonstram que as construções sociais acompanham as transformações econômicas. A ligação entre família



monogâmica, propriedade privada e modo de produção capitalista perpetua a desigualdade de gênero. Como destaca Saffioti (1967), as classes sociais mantêm-se pela reprodução física e social, e “a complementaridade da relação entre os sexos [...] constitui importante dado na análise da condição da mulher nas sociedades de classes.”

Com a Revolução Industrial, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, mas de forma desigual, com jornadas longas e salários inferiores. O trabalho feminino era visto como complementar, e as mulheres pobres continuaram nas posições mais precárias. A desigualdade de gênero serve aos interesses do capital, funcionando como instrumento de exploração. Estereótipos e critérios de qualificação mantêm a ideia de que as mulheres são naturalmente submissas e menos capacitadas, legitimando sua exclusão ou subordinação.

2.1 A violência masculina e a semelhança com o galinheiro

Assim como em um galinheiro, a sociedade também foi estruturada de forma hierárquica, com o homem no topo do poder e da autoridade. No galinheiro, um galo domina e distribui sua força sobre as galinhas, exercendo poder e controle. De modo análogo, muitos homens veem as mulheres como objetos de posse, perseguindo-as após separações e, em casos extremos, cometendo homicídios (Saffioti, 1997).

A hierarquia social se manifesta em três dimensões principais: a de gênero, que define papéis a partir do sexo biológico; a étnico-racial, que se baseia em características como cor e origem; e a de classe, que sustenta a dominação econômica. Soma-se ainda a divisão por idade, em que o homem adulto branco costuma ocupar o topo da pirâmide social, perpetuando formas de dominação.

2.2 Violência intrafamiliar

A família, grupo de reprodução biológica e social, molda seus membros segundo classe, raça e gênero. “Nela não se desenvolve apenas o amor, mas também o ódio” (Saffioti, 1997). A violência familiar ocorre em todas as classes sociais, sendo mais comum onde há



convivência contínua. No Brasil, o homem é tradicionalmente o chefe da família, exercendo poder e, muitas vezes, violência física e simbólica. Mesmo quando assume a liderança, a mulher tende a reproduzir essa lógica, ainda que com agressões mais verbais. “O homem é o maior agressor físico, pois suas vítimas não são apenas os filhos, mas também sua mulher” (Saffioti, 1997).

2.3 Violência doméstica

A violência doméstica acontece no espaço do lar e atinge também empregadas domésticas, frequentemente vítimas de abuso sexual por parte dos patrões. O homem utiliza a força para “corrigir” a mulher, tornando o ambiente doméstico propício à violência. “Os pais são os maiores agressores sexuais, compondo 71,5% dos casos, seguidos pelos padrastos, com 11,1%” (Saffioti, 1995). Após separações, muitos homens ainda tratam a mulher como posse, perpetuando a cultura da violência de gênero.

2.4 Violência física

O desemprego costuma ser usado como justificativa para agressões, cujas principais vítimas são as mulheres. A violência física, direta ou simbólica, compromete a saúde mental e causa traumas duradouros. Muitas mulheres se calam por medo ou pela naturalização social da violência.

2.5 Violência sexual

Pesquisas apontam que as principais vítimas são crianças entre 7 e 10 anos, majoritariamente meninas (Saffioti, 1995). A violência sexual ocorre em todas as classes e contextos, e apenas uma pequena parcela dos agressores possui distúrbios psiquiátricos, o que evidencia causas sociais, não individuais (Saffioti, 1997). O “pai de família”, visto como provedor e respeitado socialmente, muitas vezes permanece impune, protegido pela estrutura patriarcal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Revolução Industrial, as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho junto às crianças, por representarem mão de obra mais barata. A desigualdade salarial, ainda presente, é um dos mecanismos de exploração do sistema capitalista, no qual a opressão de gênero se mantém funcional. A família, enquanto parte do modo de produção, naturalizou a submissão feminina, limitando a mulher aos cuidados do lar, enquanto o homem ocupa o papel de provedor e topo da hierarquia social.

A divisão social em classe, gênero e raça/etnia gera desigualdades que moldam a cultura e o comportamento dos indivíduos. As posições de poder são majoritariamente ocupadas por homens brancos, ricos e adultos, que exercem domínio sobre a sociedade e determinam que a mulher exerça papéis de reprodutora e cuidadora, tornando-a vulnerável a diversas formas de violência.

No âmbito familiar, a dominação masculina se manifesta de forma evidente. Violências intrafamiliar, física, sexual e doméstica atingem todas as classes sociais, sendo os homens, na maioria dos casos, os principais perpetradores, enquanto a violência feminina ocorre predominantemente de forma verbal. A sociedade frequentemente omite ou naturaliza tais práticas, culpabilizando as vítimas ou alegando falta de evidências.

Enquanto homens brancos, cisgêneros e heterossexuais ocuparem posições de poder e definirem normas sociais, econômicas, políticas, culturais e de entretenimento, a naturalização da violência masculina e a opressão daqueles em posições subordinadas permanecerá estruturada.

Palavras-chave: Patriarcado; Desigualdade de gênero; Capitalismo; Violência contra a mulher; Divisão social do trabalho.



REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LUIZ, Adriana. **Mentoria transformadora: caminhos para uma formação docente emancipadora**. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MJELDE, Liv. **Pedagogia da tutoria e da mentoria: aprendizagem entre pares e formação docente**. Oslo: Brill Sense, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1967.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero: poder e impotência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8-9, p. 41–74, 1997.